

# Bahia Cacau gera renda e transforma vidas no campo

A implantação de fábricas também contribuiu para a geração de empregos

Às vésperas da Páscoa, período em que o consumo de chocolate cresce em todo o país, a Bahia Cacau se consolida como um exemplo de como a agricultura familiar pode agregar valor à produção e transformar a vida no campo.

Para iniciar a produção de chocolate, a Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências (Coopfesba) assumiu, em 2010, o desafio de implantar a primeira fábrica de chocolate da agricultura familiar do Brasil: a Bahia Cacau, marca própria da cooperativa. Localizada no município de Ibicaraí, a unidade surgiu não apenas para oferecer ao consumidor um produto de qualidade, com intenso sabor e teor de cacau entre 35% e 70%, mas também para agregar valor à produção de agricultores e agricultoras das zonas rurais e assentamentos da região.

Com investimentos do Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que superam R\$ 5 milhões na Coopfesba, somados ao apoio direto aos produtores, com a entrega de estufas e casas de fermentação, além de assistência técnica contínua, a Bahia Cacau alcança atualmente a produção de



Ascom BA

Os produtos são elaborados sem conservante

três toneladas de chocolate por mês, com capacidade para chegar a seis toneladas. A produção inclui ainda cerca de 25 toneladas de nibs de cacau, resultando em uma variedade de produtos, como barras, barrinhas, bombons com frutas, mel de cacau, licores, geleias e nibs.

“A política pública, aliada ao acesso a tecnologias e à assistência técnica, transforma a vida do agricultor, que passa a agregar valor à sua amêndoa. O que antes representava uma renda de um

salário mínimo, hoje pode chegar a quatro vezes esse valor, garantindo mais dignidade às famílias do campo. Esse avanço também se reflete no faturamento, que, em 2025, se aproximou de R\$ 2 milhões”, destacou o diretor financeiro da Bahia Cacau, Osaná Crisóstomo.

Segundo ele, a definição de um preço mínimo para a compra das amêndoas dos cooperados contribui para a estabilidade da renda. “Como o cacau é um produto dolarizado e sujeito a va-

riações, estabelecemos um valor mínimo para a compra de amêndoas finas e de qualidade tipo 1. Isso garante que os produtores consigam cobrir os custos da propriedade e sustentar suas famílias”, explicou.

Para o agricultor Clebson Costa, do assentamento Vila Isabel, no distrito de Cajueiro, em Ibicaraí, a cooperativa representa um importante suporte para os produtores da região. “Para quem acredita em uma agricultura forte e sustentável, a cooperativa é fun-

damental, pois oferece condições favoráveis para permanecermos na cadeia produtiva da agricultura familiar, seja por meio de apoio técnico ou financeiro”, afirmou.

Em sua propriedade, onde 75% do cacau produzido é destinado à Bahia Cacau, Clebson destaca os avanços no sistema produtivo. “Hoje trabalhamos com o cultivo a pleno sol, o que elevou a produtividade de 20 para até 250 arrobas por hectare. Além disso, contamos com sistema de irrigação, que auxilia em períodos de estresse hídrico”, explicou. Ele também ressalta os impactos na vida pessoal. “A caucultura nos trouxe conquistas importantes, como a possibilidade de investir na educação dos filhos, melhorar a estrutura da propriedade e diversificar a produção, inclusive com a piscicultura”, completou.

A implantação da fábrica também contribuiu para a geração de emprego e renda na região. É o caso de Raimundo Farias Neto, natural de Ibicaraí, que retornou ao município em 2014, após um período em São Paulo. “Soube da abertura da fábrica por familiares, enviei meu currículo e fui contratado. Comecei como operador de máquinas e hoje atuo como supervisor de fabricação”, contou.

## Alagoas lança concurso para procurador

O governo de Alagoas publicou, no Diário Oficial o edital do concurso público para o cargo de procurador do Estado de Alagoas – 1ª Classe. O certame prevê 10 vagas imediatas e formação de cadastro de reserva com igual número, totalizando 20 oportunidades.

A remuneração inicial é de R\$ 35.877,28 para jornada de 20 horas semanais. Este é o sexto edital lançado pelo governo desde o início do ano, dentro do que é considerado o maior ciclo de concursos públicos já realizado no estado.

O anúncio também foi feito nas redes sociais pelo governador Paulo Dantas, que utilizou tom descontraído para destacar a veracidade da informação. “Eu sei que é 1º de abril, mas essa notícia é a mais pura verdade. Serão mais 20 procuradores e procuradoras, um concurso difícilíssimo. Pegue lá o edital, comece a estudar, porque a prova vai acontecer em julho de 2026”, afirmou.

Somando os seis editais publicados desde o início do ano, já foram ofertadas 1.248 vagas em diferentes áreas do serviço público estadual.

### Etapas e requisitos

O concurso será organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) e contará com quatro etapas: prova objetiva, provas discursivas, prova oral e avaliação de títulos. Todas as fases têm caráter eliminatório e classificatório, com exceção da avaliação de títulos, que é apenas classificatória.

As provas serão realizadas em Maceió, com possibilidade de aplicação em outras localidades, caso haja necessidade.

Para concorrer ao cargo, é necessário possuir diploma de nível superior em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), além de registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também são exi-

gidos idade mínima de 18 anos, regularidade com obrigações eleitorais e militares, aptidão física e mental e comprovação de boa conduta social.

Entre as atribuições do cargo estão a representação judicial e extrajudicial do Estado, a prestação de consultoria jurídica ao Poder Executivo, a defesa do patrimônio público.

### Inclusão e inscrições

O edital prevê reserva de vagas conforme políticas de inclusão: 10% das oportunidades são destinadas a pessoas com deficiência e 20% a candidatos negros, indígenas e quilombolas, conforme a legislação vigente. Os candidatos que optarem por essas modalidades passarão por etapas específicas de verificação.

As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no site do Cebraspe, entre os dias 13 de abril e 18 de maio de 2026, mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 450.



PGE/AL

Remuneração inicial ultrapassa os R\$ 35 mil mensais